

01 de Agosto de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



REFORMAS NA MINERAÇÃO DO BRASIL ESTÃO PARALISADAS POR IMPASSE SOBRE NOVA AGÊNCIA

A nova agência de regulação do setor de mineração no Brasil, criada no ano passado para reduzir a burocracia e atrair investimentos estrangeiros, ainda não saiu do papel, com especialistas alertando que a agência ficará paralisada pelo menos até a eleição de outubro e talvez até 2019.

Mineradoras dizem que grandes investimentos estão em jogo.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) —aprovada pelo Congresso em novembro— não pode iniciar suas atividades até que o Senado confirme cinco diretores indicados pelo presidente Michel Temer. Uma iniciativa em paralelo para modernizar o código de mineração do país só entrará em vigor após o lançamento da agência.

Faltando menos de três meses para as eleições, “não é viável” que os diretores sejam confirmados antes que um novo governo seja eleito, disse Israel Lacerda de Araújo, especialista em mineração do Senado que assessorou legisladores sobre as regulamentações.

Flexa Ribeiro, um senador que participa do comitê de infraestrutura que supervisiona as confirmações, disse que as nomeações de Temer “mostraram falta de respeito” porque não incluíam nenhum diretor dos mais importantes Estados mineradores do Brasil, Minas Gerais e Pará.

Levará mais tempo para que os diretores sejam confirmados e ainda é possível que novos nomes sejam apresentados, disse Ribeiro, membro do PSDB do Pará.

Os nomes foram escolhidos puramente com base em sua experiência técnica na indústria de mineração, de acordo com dois funcionários do governo. As autoridades disseram que todo o processo leva tempo e fica a critério do Senado.

Ana Cabral-Gardner, co-presidente do Conselho da Sigma Lithium Resources Corporation, que explora lítio no Brasil, disse que a promulgação das reformas será a chave para eliminar incertezas jurídicas no Brasil e trazer leis de acordo com os padrões internacionais.

O governo diz que a redução da burocracia no setor poderia aumentar a participação da indústria de mineração no produto interno bruto (PIB) de 4 por cento para 6 por cento, acelerando um sistema que atualmente pode levar mais de uma década para obter uma licença.

As reformas incluem a permissão da utilização de concessões de mineração como garantias financeiras e a liberação de 20.000 concessões vinculadas ao limbo burocrático.

O Brasil é o segundo maior exportador de minério de ferro depois da Austrália e abriga grandes depósitos de cobre, bauxita e outros minerais, incluindo grandes descobertas recentes de mineradoras como a Anglo American.

“Em sua maioria, as mudanças são positivas. Buscaram, sim, melhorar o ambiente regulatório e trazer menos burocracia. Mas tudo isso dependerá da efetiva instalação da agência de mineração, que até agora ainda não aconteceu, e que ela tenha estrutura para realizar suas atividades”, disse um representante da Nexa Resources SA, uma mineradora brasileira que abriu capital no ano passado, em um e-mail à Reuters.

A criação da agência foi aprovada pelo Congresso junto com um aumento nos royalties de mineração, em parte para financiar suas operações.

Os impostos já entraram em vigor e ajudaram a impulsionar o orçamento do atual regulador de mineração, que a ANM iria substituir, para 2,6 bilhões de reais, ante 1,7 bilhão de reais no ano passado, disse Victor Bicca, diretor da atual agência DNPM, que também é indicado para liderar a nova agência.

Fonte: Reuters

Autor: Jake Spring

Data: 27/07/2018



CARRO ELÉTRICO CRIA CORRIDA POR COBALTO, QUE VIRA ALVO DE INVESTIMENTOS NO PAÍS

Matéria-prima para a produção da bateria usada nos novos carros, metal vira peça central em projetos de empresas e governos; no Brasil, Vale desistiu de vender ativos na área e britânica Horizonte Minerals está ampliando investimentos no ‘ouro azul’

A perspectiva de crescimento das vendas de veículos elétricos disparou uma corrida no segmento de mineração pelo cobalto, matéria-prima fundamental para a produção das baterias dos novos carros. No Brasil, o metal virou peça central em projetos de empresas e também de governos. Segundo apurou o ‘Estadão/Broadcast’, a mineradora Vale abandonou os planos de vender ativos no segmento e agora estuda ampliar a produção de cobalto.

O cenário promissor também levou os governos do Brasil e da Alemanha a planejar o desenvolvimento, por aqui, de tecnologias de beneficiamento do minério em áreas de produção de níquel, nas quais o cobalto era, até pouco tempo, rejeito. A mineradora britânica Horizonte Minerals é outra que estuda o potencial do metal no plano de desenvolvimento de duas minas de níquel no Brasil.

Em relatório, o banco UBS já fala em um crescimento da demanda pelo insumo de 2.000% nos próximos anos. O grande entrave está no fato de mais de 50% das reservas de cobalto do mundo estarem na República Democrática do Congo, país politicamente instável e com problemas de exploração infantil, segurança e disputas tribais. A expectativa de consultorias internacionais é que esse percentual suba a 70% até 2021.

Atenta às oportunidades do segmento, a Vale captou US\$ 690 milhões com uma venda antecipada do insumo. O negócio permitiu que a mineradora destravasse investimentos de US\$ 1,7 bilhão

para a ampliação da mina de níquel de Voisey's Bay, no Canadá. Foi a primeira iniciativa para rentabilizar a reserva do mineral da companhia que, segundo fontes, equivale a 10% das reservas totais de cobalto fora do Congo.

Operações como a da Vale se tornam mais atrativas porque a cotação do cobalto saiu de US\$ 5 mil por tonelada, em 2012, para US\$ 75 mil neste ano.

E a expectativa ainda é de alta. Hoje, uma pessoa que tem um tablet, um laptop, celular e uma furadeira, por exemplo, consome menos de 200 gramas do metal por ano. Se essa mesma pessoa compra um carro elétrico, o consumo sobe para ao menos 10 kg.

Parceria. Com a meta de tirar de circulação os veículos à combustão em 2030, a Alemanha conversa com o governo do Brasil para desenvolver tecnologias de beneficiamento do minério em áreas de produção de níquel. "O Brasil tem vários depósitos de níquel e suspeitamos que o rejeito tenha um teor importante de cobalto", diz o diretor de recursos minerais da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), Marcelo Esteves.

Ele diz estar conversando com empresas que têm produção de níquel para abrir espaço para as pesquisas com o governo alemão. "Eles têm menos de 12 anos para garantir o fornecimento e, em média, o desenvolvimento de um projeto de beneficiamento mineral leva cerca de sete anos", completa.

A ideia também está nos planos para o Brasil da Horizonte Minerals, que pretende incluir plano de desenvolvimento das minas de níquel Araguaia e Vermelho, compradas da Vale no início do ano. Segundo a gerente geral de sustentabilidade e relações institucionais da empresa, Katie Millar, os estudos de Vermelho realizados pela Vale há 12 anos serão revisados para considerar também o cobalto. "O mercado ainda não precificou corretamente a qualidade do ativo que compramos. Vamos publicar os estudos preliminares esse ano. A expectativa é estar produzindo em 2021", diz.

Busca. Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), conta que a corrida por cobalto está mobilizando produtores de níquel e cobre, metais mais associados ao novo "ouro azul". O Chile, por exemplo, está modificando plantas de cobre para produzir também cobalto.

"O Brasil tem entraves para desenvolver minas de níquel (de onde sairá o cobalto). Um deles é o custo da energia. Mas, a partir de US\$ 18 mil por tonelada de níquel, a produção começa a fazer sentido. Hoje, a cotação está próxima de US\$ 15 mil.

Fonte: Estadão

Autor: Renata Batista

Data: 24/07/2018



MINA DE OURO AURIZONA ESTOCA MINÉRIO PARA RETOMAR PRODUÇÃO

A Equinox Gold disse hoje (24) que o empilhamento de minério de ouro começou em 18 de julho na mina Aurizona, em Godofredo Viana (MA)

"A construção permanece dentro do orçamento e do cronograma para despejar [produzir] ouro até o final de 2018, com a expectativa de produzir, em média, 136.000 onças de ouro por ano", disse a mineradora em comunicado.

Segundo a mineradora, o novo moinho autógeno (SAG) e o de bolas foram entregues ao local e a instalação está em andamento.

O projeto como um todo conta com 60% de avanço, sendo que a construção de planta está 51% concluída. "As atividades de EPCM (engenharia, suprimentos e gerenciamento de construção) estão 75% completas e a engenharia está concluída", afirma a companhia.

"O trabalho de concreto continua nas áreas de descarga, reagente e espessamento e está 92% concluído na área do britador, 93% completo na área de moagem e finalizado na área de lixiviação. A montagem do aço estrutural na área de moagem está bem avançada e o chapeamento do tanque de espessamento está completo", declara a mineradora.

De acordo com a Equinox, as atividades que antecedem a produção começaram em meados de abril e estão progredindo dentro do cronograma. "O empreiteiro de mineração removeu mais de 986.000 toneladas de estéril até hoje e as obras nas estradas estão bem avançadas", diz a nota.

O orçamento do projeto de US\$ 146 milhões está totalmente financiado. "Em 30 de junho de 2018, a Companhia havia gasto US\$ 64 milhões do orçamento do projeto. Os restantes US\$ 82 milhões de gastos do projeto serão financiados por uma combinação de: (i) caixa disponível em 30 de junho de 2018 de US\$ 65 milhões; (ii) US\$ 30 milhões em dívidas de projetos; e (iii) recebíveis em 30 de junho de 2018, totalizando mais de US\$ 12 milhões", afirma em nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 24/07/2018



SIGMA INTENSIFICA PESQUISA EM RESERVAS DE LÍTIO

A Sigma Mineração, produtora ainda pré-operacional de lítio no Vale do Jequitinhonha (MG), intensificou seus esforços em uma campanha de pesquisa e exploração das reservas para tentar ter uma melhor noção do quanto poderá extrair das 28 concessões que possui na região. A julgar pelo histórico de minas semelhantes no Estado e com cálculos do mercado, é possível que o volume recuperável triplique após essa nova análise.

Atualmente, a Sigma conta com 13,5 milhões de toneladas em reservas indicadas e inferidas. A empresa começou a pesquisa recentemente, com equipamentos representando, no total, mais de 30 mil metros de sondagem, e espera concluir o processo na primeira quinzena de novembro. Quando os resultados chegarem, há chance de que as reservas deem um salto para uma faixa de 37 milhões a 57 milhões de toneladas, conforme estudo da consultoria especializada SGS.

A empresa não comenta qual sua própria expectativa de tamanho dos depósitos minerários após o processo, mas admite que, se os cálculos estiverem corretos, o potencial é transformador, deixando-a entre as maiores produtoras do mundo. "A nossa reserva, atualmente, já é expressiva. Não sabemos qual será o tamanho, mas esse patamar é de alto nível mundial", vislumbra Itamar Resende, presidente da Sigma, em entrevista ao Valor.

O lítio é um metal bastante valioso e que tem se beneficiado do otimismo dos agentes do mercado quanto a seu uso no futuro. Atualmente é cotado em aproximadamente US\$ 19.000 por tonelada. O material já aparece em baterias de celulares e outros aparelhos, além de medicamentos, cerâmicas e vidros, por exemplo, mas a potencial troca de frota veicular em todo mundo por carros elétricos e autônomos tem animado os compradores. Nas baterias mais usadas em automóveis, o lítio está presente.

Resende opina que não há solução melhor para servir de combustível elétrico aos carros por conta de sua grande capacidade de armazenar energia e de realizar cargas e descargas rápidas. Além disso, o metal é conhecidamente o menos denso e "mais leve" dos elementos sólidos, por ser necessária massa muito menor presente para ter o mesmo efeito que outros.

Por enquanto, a Sigma dá os primeiros passos. Neste mês, estreia uma "planta-piloto", o início da produção operacional ainda em baixa escala. A capacidade nesse momento será de aproximadamente 12 mil toneladas de concentrado por ano. Essa fase do projeto servirá para checar a qualidade dos produtos, simular a produção em larga escala e já buscar a qualificação do material junto a futuros clientes.

O estágio comercial do empreendimento do Jequitinhonha está marcado para se iniciar na virada de 2019 para 2020. Aí, a Sigma poderá extrair até cerca de 220 mil toneladas desse concentrado em um ano. Para que isso seja possível, a empresa construirá a infraestrutura necessária não só para a lavra e beneficiamento, como para o transporte.

"A planta já está desenhada para que permita incrementos de produção no futuro. Nesse caso, o investimento necessário seria menor e até mesmo o tempo de execução cairia. Todo o processo, até de licenciamento, se tornaria mais fácil", diz Resende. "Neste ano compramos os equipamentos, por volta de outubro faremos a encomenda. A ideia é trazer para cá o que há de mais avançado em tecnologia, estado da arte mesmo."

Como está preparada para futuras expansões, se for economicamente viável, já há a possibilidade de uma segunda fase comercial. Por volta de 2025, a Sigma poderia, se houver demanda e o preço do lítio for interessante, aumentar a capacidade para entre 500 mil toneladas e 600 mil toneladas anuais.

O dinheiro para tal pode vir do mercado financeiro. Em junho, a companhia completou o processo de incorporação reversa e passou a ser listada na bolsa de Toronto no lugar da Margaux Red Capital. Na prática, isso funcionou como abertura de capital no Canadá. O acesso a investidores estrangeiros, ainda mais em um mercado com longa história de aplicar no setor de mineração, pode ser um diferencial.

"E tem algo que de fato nos diferencia de outras empresas, que é nossa preocupação ambiental. Não teria sentido produzir um metal que será usado para uma matriz energética mais limpa sem ter essa raiz", comenta Ana Cabral-Gardner, conselheira da Sigma. "Um exemplo é o baixo consumo de água. E o empilhamento de rejeitos a seco não é algo barato, mas é parte de nosso propósito de ter o DNA verde."

Fonte: Valor

Autor: Renato Rostás

Data: 24/07/2018



GOVERNO DA PARAÍBA FAZ CONSULTA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MINERAÇÃO

O Governo do Estado, por meio da Câmara Técnica de Fomento à Produção Mineral da Paraíba (CTFPM) e da Diretoria de Recursos Minerais e Hidrogeologia (DRMH) da Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT) realiza uma consulta pública para a elaboração do Plano Estadual de Mineração. Para participar da consulta pública, basta preencher o formulário, localizado no link de serviços do portal paraiba.pb.gov.br/infraestrutura, página institucional da SEIRHMACT. A consulta ocorre até dia 31 de julho de 2018 a diversos segmentos, tais como órgãos federais, estaduais e municipais, entidades de classe e ao público em geral.

Como explicou o diretor de Recursos Minerais e Hidrologia da Secretaria, Marcelo Falcão, o Plano Estadual de Mineração será elaborado conforme as premissas e diretrizes do Plano Nacional de Mineração para até 2030 do Ministério de Minas e Energia (MME), com o objetivo de desenvolver ações que buscam a ressignificação da mineração na Paraíba; fomentar a sustentabilidade da cadeia produtiva da produção mineral (respeito às leis ambientais, trabalhistas e setoriais); despertar o interesse pelo tema em estudantes e pesquisadores; implantar um Marco Legal e Institucional para o setor mineral; elaborar ações que sigam a rota do PPA do Estado da Paraíba e de incrementar a infraestrutura da indústria mineral.

Para elaboração do documento a Câmara Técnica de Fomento à Produção Mineral da Paraíba (CTFPM) desenvolve um organograma de trabalho que consiste em consulta pública, realização de seminário e apresentação da minuta do plano ao executivo estadual para encaminhamentos. As sugestões para o Plano poderão ser encaminhadas pelo e-mail: ctfomento2018@gmail.com. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (83) 98826-9011 e 98620-3992.

Câmara Técnica de Fomento à Produção Mineral (CTFPM) - Criada pelo Decreto nº 32.015 de 23 de fevereiro de 2011, tem por objetivo principal auxiliar o Poder Executivo Estadual na formulação de políticas públicas que tenham por finalidade o desenvolvimento da mineração no Estado da Paraíba;

A CTFPM é composta pelos seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Sebrae/PB, Sindicato dos Minerais não Metálico da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Associação dos Engenheiros de Minas do Estado da Paraíba (ASSEMP), CREA/PB e da Comissão de Minas e Energia da OAB/PB.

Fonte: Paraíba

Data: 23/07/2018



EMERITA CONCLUI SONDAAGEM NO PROJETO DE ZINCO SALOBRO

A Emerita Resources disse ontem (26) que concluiu o programa inicial de sondagem adamantada no projeto de zinco Salobro, em Minas Gerais, e recebeu os resultados dos ensaios da campanha de sondagem. A empresa concluiu 22 furos totalizando 3.675,85 metros de sondagem

Segundo o comunicado da mineradora, a campanha de sondagem incluiu treze furos que foram projetadas para expandir os recursos minerais existentes, quatro gêmeos (TW, em inglês) foram feitos para aferir resultados de sondagem histórica e para fornecer dados necessários para completar uma estimativa de recursos minerais em conformidade com NI 43-101, uma norma canadense para divulgação de recursos e reservas.

Foram realizados também cinco furos de grande diâmetro (PQ) para o trabalho de teste metalúrgico (MET). "Os furos de MET não foram analisados uma vez que esse material é mantido intacto para testes de moagem e flotação e serão analisados como parte do programa metalúrgico futuro", diz o comunicado.

"O programa de sondagem expandiu a mineralização além dos limites da perfuração histórica", afirma a mineradora, para quem a nova mineralização é por mergulho e ao longo da mineralização histórica, logo, o depósito permanece aberto em profundidade.

A Emerita diz que o programa de sondagem produziu resultados positivos à medida que os limites da mineralização foram expandidos para além do modelo geológico histórico. A expansão até o momento está acima do ponto mais profundo do modelo geológico existente, que normalmente teria um impacto positivo na economia potencial do projeto. O depósito permanece aberto em profundidade.

"Estamos empolgados com os resultados e o sucesso do programa que visava a mineralização superficial. A reperfilagem [re-logging, em inglês] da sondagem histórica, combinada a novos dados, resultou em um melhor entendimento da morfologia do depósito que melhorará o direcionamento da perfuração e deverá beneficiar qualquer futuro plano de mineração, caso o depósito seja colocado em produção", disse o geólogo Carlos Henrique Cravo, gerente de Projetos da Emerita, em nota.

Captação

A Emerita Resources pretende concluir uma colocação privada de ações e opções de compra para captar o valor bruto de 3 milhões de dólares canadenses, cerca de R\$ 8,5 milhões. "Os recursos da oferta serão usados para continuar o programa de exploração do projeto de zinco Salobro, satisfazer o pagamento anunciado anteriormente à Vale S.A. em conexão com a aquisição do projeto Salobro pela companhia e para propósitos corporativos gerais", diz a empresa em nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 27/07/2018



CEO DA VALE VÊ PREÇOS FIRMES PARA MINÉRIO MESMO DIANTE DE DISPUTAS COMERCIAIS

Uma estabilidade dos preços globais do minério de ferro e a boa demanda da China pelo produto de qualidade foram destacadas nesta quinta-feira pelo presidente da Vale, maior produtora global da commodity.

Segundo Fabio Schvartsman, os preços do minério de ferro seguem firmes mesmo diante de notícias de guerra comercial, na esteira da boa demanda da China por minério de qualidade.

"A gente crê que não existe qualquer impacto relevante derivado disso (da guerra comercial), tendo em vista o cenário de escassez de minérios de qualidade... o que garante para a Vale desempenho adequado em qualquer condição", declarou ele, ressaltando a qualidade do produto da companhia.

Ele afirmou durante teleconferência para comentar os resultados do segundo trimestre que há probabilidade grande de que os preços do minério de ferro "fiquem ancorados onde estão", em um cenário normal. Para Schvartsman, seria necessário um problema grave na economia global para atingir os negócios de minério de ferro.

Ele disse que as operações de minério de ferro da Vale vão continuar produzindo boas notícias, com prêmios aumentando a cada trimestre.

Fonte: Reuters

Autor: Marta Nogueira

Data: 26/07/2018

Bloomberg

HAS ANGLO AMERICAN FOUND SOMETHING BIG IN BRAZIL?

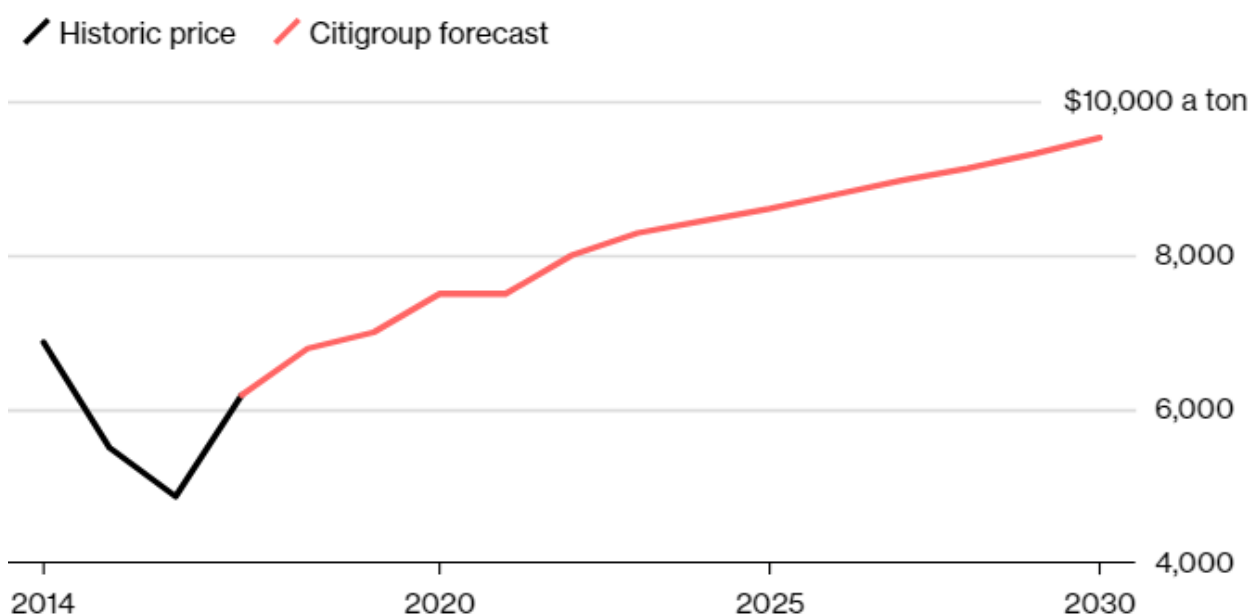
Anglo American Plc's chief executive officer was being a little cryptic with investors on Thursday, but the message was clear: the company might have found an exciting copper deposit in Brazil.

CEO Mark Cutifani briefly flagged a 19,000-square kilometer piece of land (an area about the size of Israel) that the miner has pegged in Brazil, where it's looking for copper. When pushed by a Morgan Stanley analyst for more details, he hinted that there was something interesting to be found.

"There is a lot of chatter in Brazil," Cutifani told analysts in London after announcing earnings. "People know we've put a hole through something." Copper deposits are among the hottest assets in mining right now, with the world's top producers becoming increasingly bullish on the metal. There are expectations that bigger power grids around the world and an electric-vehicle boom will boost demand, while supplies are constrained. Highlighting its enthusiasm for copper, Anglo today said it's given the go ahead for a giant new \$5 billion mine in Peru.

Hot Metal

Copper poised for multi-year advance on tight supply, Citigroup Inc. says



Source: Citigroup Inc.

Still, Cutifani was keen to point out that nothing is ever certain in the industry.

"It might not be what we hope it is," he told the room of analysts and investors. "We'll have something more sensible to say at the end of the year."

Fonte: Bloomberg

Autor: Thomas Biesheuvel

Data: 26/07/2018



MERCADO OTIMISTA PARA O SEMESTRE

Segundo o Conselho Mundial do Ouro (WGC), as perspectivas para o segundo semestre de 2018 apresentam três macrotendências que irão influenciar o mercado aurífero: crescimento econômico global positivo, mas desigual; guerras comerciais e seu impacto na moeda e inflação crescente e uma curva de rendimentos invertida. Estas três tendências aumentarão a relevância do ouro para os investidores nos próximos meses.

A primeira metade de 2018 apresentou tensões geopolíticas que foram negociadas e resultaram em um segundo trimestre de recuperação. Até o momento os investidores parecem ignorar a guerra comercial entre os Estados Unidos e seus parceiros ou ao menos descontando o efeito que isso pode ter no crescimento econômico de longo prazo. O preço do ouro cresceu mais de 4% no primeiro semestre. Apesar da queda de junho e julho – cerca de 1% - o ouro em 2018 tem tido um desempenho favorável impulsionado por uma combinação de três fatores: Um fortalecimento do dólar americano; limiar maior do investidor para o risco principal; e demanda física de ouro suave no primeiro trimestre de 2018. Ao mesmo tempo, o WGC explica que a dinâmica de preços do ouro e o posicionamento dos investidores nos mercados de derivativos aceleraram sua queda. A entidade afirma acreditar, no entanto, que possa haver motivos para ser mais otimista no segundo semestre.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 26/07/2018



A IMPORTÂNCIA DO COBRE NA ERA DA ELETROMOBILIDADE

Presente em diversos segmentos da indústria, o cobre, a cada ano que passa, torna-se um material de suma importância no setor automobilístico, seja pela excelente condutividade elétrica ou até mesmo pela tendência de produção de veículos híbridos e elétricos (leves ou pesados)

A utilização deste componente tende a ser maior nos próximos anos - principalmente com um tema tão primordial como a eletromobilidade em alta. Quando o futuro da mobilidade é debatido, geralmente está associado aos problemas com trânsito. Porém, questões como eficiência e soluções para o meio ambiente também fazem parte desta evolução.

Segundo estudo da Internacional Copper Association Brazil, o crescimento médio anual das vendas globais de veículos elétricos e híbridos foi de 133% entre 2009 e 2016, com destaque para países como China, Estados Unidos, Noruega, França, Japão e Alemanha, que somados foram responsáveis por 90% das vendas globais de veículos elétricos e de 71% dos híbridos em 2016. No entanto, a comercialização de automóveis desses tipos ainda tem representatividade minúscula no mercado: 1,1% da fatia de 68 milhões vendas totais no mundo. Embora o comportamento de compra ainda indique predileção por veículos convencionais, pode-se dizer que esse aumento pela busca de elétricos e híbridos é significativa e deve acelerar ainda mais nos próximos anos.

No Brasil, o crescimento da busca por veículos elétricos e híbridos ainda esbarra em questões como informação e conscientização, encontrando ainda o preço como principal motivo para a baixa quantidade de compras. Atualmente, a bateria representa 48% do custo de um veículo elétrico. No entanto,

estima-se que a partir de 2025, o mercado de eletromobilidade brasileiro terá um cenário diferente, com mais paridade de preço entre elétricos e convencionais, tornando a competitividade mais equilibrada. Uma projeção da Bloomberg New Energy Finance indica queda contínua do valor das baterias, passando de US\$ 273 em 2016 para US\$ 74 em 2030. Porém, a partir de 2025, com o menor custo das baterias, é esperado que um veículo elétrico atinja igualdade de preço a um convencional.

O motor elétrico, que move os veículos elétricos e híbridos, utiliza uma porcentagem muito maior de cobre que os convencionais. Enquanto o primeiro necessita basicamente de eletricidade para funcionar (com o metal presente em chicotes elétricos, motores de propulsão e bateria), o segundo apresenta somente motores de combustão interna. Desta forma, o cobre deve ganhar mais relevância para o setor.

Os benefícios do cobre

Enquanto os veículos convencionais funcionam com motores de combustão interna e precisam de uma rede de postos de abastecimento (gasolina, etanol ou diesel), os híbridos e elétricos precisam de motor elétrico para rodar e de uma infraestrutura de carregamento baseada em materiais elaborados com cobre. No Brasil, ainda são poucas as estações de recarga responsáveis pelo abastecimento de veículos elétricos, que devem aumentar junto com o consumo desses automóveis, mas, por outro lado, a facilidade de recarregá-los em residência é uma vantagem.

Outro ponto a ser levado em conta é que em razão da grande capacidade de reciclagem, o cobre leva vantagem sobre os outros tipos de metais se utilizado em veículos. Neste caso, quando um automóvel sai de circulação no mercado, o cobre pode ser retirado dos equipamentos e reutilizado para a produção de novos motores para esses automóveis elétricos e híbridos. O mais interessante, é que mesmo em reuso, o material não perderá o nível de eficiência e, de quebra, terá relevância também nos princípios de preservação ao meio ambiente. Se as fábricas criarem bons projetos com soluções elétricas, a economia de recursos com a utilização do cobre tornará o mercado de eletromobilidade mais sustentável.

A indústria notou que o uso deste metal é fundamental para o futuro da mobilidade, uma vez que mais de metade do cobre é produzido e utilizado em aplicações elétricas e eletrônicas. Ao mesmo passo que a criação de veículos elétricos e híbridos aumenta, há uma tendência de crescimento do uso do cobre no setor automotivo na mesma proporção.

Miguel Ângelo de Carvalho é CEO da Cecil e Elfer, indústrias metalúrgicas de ferro, cobre e alumínio

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Miguel Ângelo de Carvalho

Data: 26/07/2018



COM MINÉRIO DE FERRO A US\$65, MINERAÇÃO É MENOS ESTRATÉGICA PARA USIMINAS, DIZ PRESIDENTE

A unidade de produção de minério de ferro da Usiminas é menos estratégica para a empresa atualmente em função do atual nível de preço da commodity, afirmou nesta sexta-feira o presidente-executivo do grupo siderúrgico, Sergio Leite

A Usiminas desenvolve atualmente uma série de estudos sobre o futuro da companhia, que incluem o que fazer com uma divisão de minério de ferro que precisará em alguns anos de investimentos volumosos para continuar operando.

“Nosso negócio principal é produzir aço. Há 10 anos, em função dos preços (do minério) houve uma discussão sobre se as siderúrgicas deveriam verticalizar... (Hoje) o que é estratégico para a Usiminas é produzir aço”, disse Leite ao responder se a mineradora Musa é um ativo estratégico para companhia ou se poderia ser um ativo passível de uma eventual venda.

“Quando o minério estava a 200 dólares (a tonelada), uma mineração era estratégica, a 65 é menos estratégica”, acrescentou o executivo.

A Musa elevou sua capacidade de produção de 4 milhões para 12 milhões de toneladas de minério de ferro entre 2008 e 2012, mas em 2024 ou 2025 a reserva de minério mais facilmente extraível vai se esgotar. Para continuar operando, a empresa precisará fazer investimentos de grande porte para explorar minérios mais profundos.

Este projeto, chamado de “Compactos”, teria como objetivo elevar a capacidade de produção das minas da Musa em Minas Gerais, que hoje produzem a commodity por método “friável”, de mais fácil extração que o minério “compacto”, que precisa de perfuração e detonações de rocha.

Segundo Leite, para continuar tendo minério de ferro para vender a partir de 2025, a Musa precisará do projeto Compactos, um investimento que precisa de dois anos para ser implantado. “Temos uns quatro anos ainda para decidir (se a Musa fará o projeto Compactos). Não há urgência agora para a decisão”, disse o executivo.

Alto-forno

Outro item na pauta de estudos da Usiminas são reformas de alto-fornos. O maior da empresa é o de número 3, na usina de Ipatinga (MG), com capacidade para 3 milhões de toneladas de ferro gusa por ano.

O equipamento está perto de atingir 20 anos de operação, prazo em que precisa passar por uma reforma geral que costuma exigir investimentos de “centenas de milhões de reais”, disse Leite. Segundo ele, o equipamento passará por uma reforma em 2021, mas a empresa ainda não decidiu se os trabalhos envolverão uma remodelação completa do forno.

“O mais provável será uma reforma completa”, disse Leite, comentando que o alto-forno 3 está operando a um ritmo de 8 mil toneladas diárias.

Em outra frente, o executivo afirmou que a Usiminas deverá tomar até o ano que vem decisão sobre a implantação de uma quarta linha de galvanização em Ipatinga, de 500 mil toneladas por ano. Atualmente, as três linhas da usina estão operando na capacidade total de 1,35 milhão de toneladas, impulsionadas pela demanda do setor automotivo, que no primeiro semestre elevou a produção em cerca de 14 por cento sobre um ano antes.

“Para este ano não tem decisão sobre isso”, disse o presidente da Usiminas.

Cubatão e Frete

Mais cedo, o executivo comentou durante teleconferência com analistas que uma reativação das áreas de produção de aço-bruto da usina da empresa em Cubatão (SP) não será feita antes de 2021 e quando esse prazo chegar a empresa ainda fará uma análise sobre se a demanda por aço gerada pela economia será suficiente para a retomada.

“O que vai acontecer com a demanda de aço é o que vai acontecer com a economia...Este ano começamos com projeções de crescimento do PIB de 3 por cento, mas estamos vendo que vai ser um número próximo de 1 por cento”, disse Leite.

Neste ano, o grosso do investimento previsto de 500 milhões de reais será feito no segundo semestre, apesar da expectativa da empresa de crescimento menor da demanda por aço que na primeira

metade do ano. Leite afirmou que os 368 milhões de reais que ainda faltam ser investidos pela Usiminas serão aplicados em “dezenas de projetos de manutenção de capacidade produtiva. Muitos destes projetos foram aprovados entre o fim do ano passado e início deste ano”.

Sobre os impactos da greve dos caminhoneiros no planejamento estratégico da Usiminas, Leite comentou que os estudos da empresa também envolvem ampliar operações da cabotagem usando os portos da companhia. “A greve, no longo prazo, traz reflexão sobre uso de outros modais. Temos dois portos e estamos estudando fazer mais cabotagem”, disse o executivo, citando que atualmente a empresa usa navios para o transporte de produtos para a região Nordeste, mas não para o Sul do país.

Fonte: Reuters

Autor: Alberto Alerigi Jr.

Data: 27/07/2018



PARECER TÉCNICO APONTA QUE CONTAMINAÇÃO DA MINERADORA HYDRO EM BARCARENA VEIO DE PARAGOMINAS

Documento aponta que extração de bauxita pode liberar elementos perigosos que são transportados por um mineroduto. Empresa diz que tubulação é totalmente vedada e que monitora operação 24 horas por dia

Um novo documento do Instituto Evandro Chagas (IEC), emitido no dia 16 de julho, aponta que os metais tóxicos encontrados em Barcarena, nordeste do Pará, têm origem em outra unidade da mineradora Norsk Hydro que extrai bauxita em Paragominas. As cidades do sudeste do estado ficam a uma distância de mais de 280 km. O mineroduto tem 244 km de extensão e passa por sete cidades.

Por meio de nota, a empresa diz que não pode comentar, porque ainda não teve acesso ao conteúdo do documento. O último relatório divulgado pelo IEC foi de 28 março, quando foram confirmadas que operações irregulares da empresa contaminaram os fluxos do rio Pará.

No mês de maio, um relatório do comitê federal coordenado da Casa Civil da Presidência da República, apontou que há outras fontes de contaminação no município de Barcarena, além da mineradora.

Os casos de contaminação da norueguesa Hydro vieram à tona em Barcarena nos dias 16 e 17 de fevereiro deste ano, quando resíduos de bauxita vazaram para o meio ambiente após fortes chuvas. Uma vistoria com a presença da procuradoria do Ministério Público identificou uma tubulação clandestina que saía da refinaria e despejava rejeitos que contaminaram o solo da floresta e rios das localidades próximas. Ainda foram encontradas outras duas tubulações ilegais que tinham a mesma finalidade.

De acordo com o documento do Evandro Chagas, foi evidenciado que a extração de bauxita libera elementos perigosos que são transportados da Mineração Paragominas por um mineroduto de 244 km, atravessando sete municípios: Paragominas, Ipixuna, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. Segundo a Norsk Hydro, o duto percorre os rios Capim, Acará, Acará Mirim e Moju até chegar à Hydro Alunorte, em Barcarena, onde a bauxita é refinada e transformada em alumina.

"O acúmulo e/ou lançamento desses efluentes para o ambiente sem devido tratamento pode ocasionar impactos ambientais irreversíveis com danos irreversíveis", conclui o parecer.

O pesquisador do IEC, Marcelo Lima, explicou que os riscos estão nos processos que esses elementos passam ao serem retirados do subsolo. O primeiro é o intemperismo, quando o material sofre corrosão por causa da umidade, calor, água da chuva; e o segundo é lixiviação, quando os resíduos são arrastados com a água.

Outro agravante, segundo Lima, é o processo industrial na refinaria em Barcarena, quando os metais tóxicos na lama vermelha se misturam ao despejo de cinzas.

"Quatro das dez substâncias mais perigosas são encontradas em todo este processo. Chumbo, cádmio, arsênio, além do mercúrio após o contato com as cinzas", detalhou.

O parecer conclui apontando a necessidade do controle constante dos metais, pois, segundo Lima, nas licenças "tanto em Paragominas quanto Barcarena não constam necessidade de monitoramento".

Outro lado

Sobre o mineroduto, a Mineração Paragominas informa que ele é totalmente vedado em toda a sua extensão e que monitora a operação 24 horas por dia, além de realizar todas as manutenções preventivas, "o que garante a confiabilidade e a segurança da operação deste sistema".

A empresa diz ainda que a bauxita é explorada em diversas partes do mundo e em diferentes locais no Brasil e que a polpa de bauxita é inerte e, além disso, não tem contato com o meio ambiente durante a operação de bombeamento.

A Hydro informa também que um geólogo que estudou a mina de Paragominas atestou que a operação não tem elementos que possam impactar a saúde da população local e que a Justiça de Paragominas deu parecer favorável para a empresa após avaliar documentos de pesquisadores e geólogos sobre o local de extração.

Licenciamento é questionado

O estudo foi solicitado pela Associação dos Caboclos Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) para embasar cientificamente um novo processo contra a Norsk Hydro.

Segundo o advogado da Cainquiama, Ismael Moraes, a ação pede à Justiça Federal que paralise a mina ou suspenda licenciamento minerário concedido.

Moraes explica que as autorizações foram concedidas pelo então Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - atual Agência Nacional De Mineração (ANM), e assinadas pelo Ministério de Minas e Energia.

Na ação, Moraes afirmou que o Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) da mineradora da Hydro não cita a disposição e destinação final dos resíduos sólidos que seriam despejados em Barcarena, nos Depósitos de Resíduos Sólidos (DRS 1 e 2). "Que a paralisação ora requerida seja mantida até que o PAE seja adequado à Lei de Resíduos Sólidos, (...) com base nos parâmetros descritos na Polícia Nacional de Segurança de Barragens, bem como (...) conforme VIII do art. 3º da Lei de Resíduos Sólidos", pede a ação.

De acordo com o advogado, a Lei dos Resíduos Sólidos prevê que, quem produz resíduos por atividade industrial e econômica, é responsável até a disposição ou destinação final. "Por isto, a responsabilidade deve ser constante, já que, de acordo com a lei, quem coloca o produto na cadeia econômica deve assumir quando quem recebe os resíduos não tenha mais capacidade econômica e tecnológica para garantir o tratamento para evitar a contaminação", explicou.

Tanto o relatório do IEC quanto a ação da Cainquiama sugerem que a Norsk Hydro financie pesquisas científicas para saber os efeitos e as reações dos elementos no ambiente e na população de Paragominas, Barcarena e nas cidades por onde o mineroduto percorre.

Entenda o caso

Nos dias 16 e 17 de fevereiro deste ano, resíduos de bauxita contaminada vazaram da Hydro Alunorte para o meio ambiente após fortes chuvas em Barcarena. Após uma vistoria com a presença da procuradoria do Ministério Público, foi identificado uma tubulação clandestina que saía da refinaria e despejava rejeitos que contaminaram o solo da floresta e rios das localidades próximas. Ainda foram encontradas outras duas tubulações ilegais que tinham a mesma finalidade.

A empresa recebeu sanções da Justiça que determinou a redução de sua produção em 50% até que sejam resolvidos os problemas das comunidades atingidas pela contaminação e sejam resolvidos os problemas para a captação dos rejeitos das bacias durante as fortes chuvas que caem regularmente na região, além de ter condenado a empresa a pagar R\$ 150 milhões por danos ambientais.

O Instituto Evandro Chagas realizou coletas de solo e água nas comunidades que ficam ao redor da Hydro e após análise em laboratório foi constatado alteração nos elementos químicos presentes no solo, além da presença de metais pesados e cancerígenos como chumbo. A Hydro encomendou um estudo que refutou as análises do IEC e negou que houve contaminação.

Fonte: G1

Autor: Taymã Carneiro

Data: 30/07/2018



FUNDAÇÃO FHC REÚNE LÍDERES PARA DEBATER DESAFIOS DA MINERAÇÃO NO PAÍS

Os presidentes das mineradoras Nexa Resources, Alcoa e Anglo American, além de outros executivos de empresas e órgãos ligados ao setor mineral, vão se reunir durante o debate “Os desafios da indústria mineral brasileira”, promovido pela Fundação FHC, no dia 15 de agosto, em São Paulo. Fabio Schvartsman, presidente da Vale, ainda não tem presença confirmada no evento

De acordo com a organização do debate, que é realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o encontro é gratuito e reservado apenas para convidados.

O encontro está previsto para iniciar às 14 horas e terá abertura feita por Sergio Fausto, superintendente-executivo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, e pelo presidente do Ibram, Walter Alvarenga. Durante a tarde do dia 15 de agosto, haverá debates distribuídos em três painéis.

O primeiro painel é sobre o "Desenvolvimento Econômico Territorial". Segundo a Fundação FHC, neste debate os participantes vão debater as contribuições que a mineração industrial em larga escala pode oferecer ao desenvolvimento econômico de municípios e regiões nas quais atua. Os grandes projetos de investimento podem ter, sobre as regiões onde se localizam, o efeito de arrasto de múltiplos e interdependentes impactos.

Para este painel os convidados são Tito Martins, presidente da Nexa Resources; Roberto Castello Branco, diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV e professor afiliado da FGV/EPGE; Jakeline Pereira, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); e Vicente Lôbo, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME).

Questões socioambientais serão o tema do segundo painel do dia. O objetivo desse debate é confrontar os mitos e verdades sobre a mineração, no âmbito da contribuição para o desenvolvimento econômico, porém com a intensificação de problemas ambientais.

"Para enfrentar esse desafio, a moderna mineração empresarial tem de compatibilizar a competitividade com a sustentabilidade, por meio do aumento da eficiência no uso de recursos e da qualificação da relação com as partes interessadas no negócio", diz a organização do evento.

Neste painel, os convidados são: Otávio Cavalheira, diretor-Presidente da Alcoa World Alumina Brasil; Luiz Eduardo Fróes do Amaral Osorio, diretor-executivo de Sustentabilidade e Relações Institucionais da Vale e presidente do Conselho do Ibram; Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente de 2010 a 2016, e servidora de carreira do MMA, além de co-chair do International Resource Panel da ONU; e Roberto Waack, diretor-presidente Fundação Renova.

Por fim, o último painel do evento será sobre a competitividade do setor mineral brasileiro. A ser coordenado por Ruben Fernandes, presidente da Anglo American, o objetivo dessa discussão é a inserção da mineração industrial no planejamento das políticas públicas voltadas a elevar a competitividade internacional do Brasil, bem como de estimular a economia e a arrecadação tributária.

Segundo os rankings de competitividade global, como Índice de Atratividade de Investimentos em Mineração, do Fraser Institute do Canadá, e o Doing Business, do Banco Mundial, classificam o Brasil em 61º e 123º, respectivamente. Neste painel, está confirmada a presença de João Fernando Gomes de Oliveira, diretor-presidente Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e Claudia Trindade Prates, diretora de Empresas do BNDES. Fábio Schvartsman, CEO Vale, deve confirmar a presença na próxima semana, segundo apurou o Notícias de Mineração Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 30/07/2018



VALE APOSTA NO "BRAZILIAN BLEND" EM 2019

A especificação do minério "*Brazilian Blend Fines* (BRBF)" será, em 2019, o produto de maior volume da Vale. O "*Brazilian Blend*" é uma mistura de minério entre diferentes tipos, o que aumenta a qualidade média do produto.

"Estamos progressivamente perseguindo a estratégia de diferenciação de produtos", disse o diretor-executivo de minerais ferrosos e carvão da Vale, Peter Poppinga, nesta quinta-feira (26), durante teleconferência com analistas. Ontem, a empresa anunciou desempenho referente ao segundo trimestre deste ano.

A produção de BRBF, segundo ele, está associada à estratégia da companhia de perseguir maiores valores sobre o volume produzido, na otimização de margens. No segundo trimestre, o prêmio de qualidade no preço realizado da Vale atingiu um recorde de US\$ 7,1 por tonelada.

Estoques

A Vale espera "pequeno aumento" nos estoques de minério de ferro, de 4 milhões a 5 milhões, no segundo semestre, disse Poppinga.

"No segundo semestre veremos uma pequena formação [de estoque] e em 2019 vamos entrar numa estabilidade, que pode variar sempre em função de tática de vendas e realização de preços", disse o executivo.

Qualidade

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou que o prêmio de qualidade pago pelo minério de ferro da companhia deve continuar aumentando, à medida que a empresa elevar a produção.

Segundo ele, enquanto os estoques de produtos de baixa qualidade na China aumentam sem parar, os estoques do minério produzido pela Vale seguem caindo, a despeito do aumento de produção em Carajás.

"É inequívoco que existe excesso de oferta de baixa qualidade. Em Carajás, por mais que aumentemos a produção, estoques continuam caindo porque [esse minério] é necessário para corrigir defeitos dos outros produtos", disse Schvartsman. "Existe uma disputa muito grande pelo que entra [de minério no mercado vindo] de Carajás", disse.

Peter Poppinga frisou ainda que é "totalmente infundado" dizer que existe super oferta do minério de Carajás no mercado mundial.

Carvão

Segundo Schvartsman, a alocação do negócio de carvão sob o guarda-chuva que cuida também dos minerais ferrosos foi acertada, uma vez que a companhia tem uma tecnologia comprovada de operação nos ferrosos, que passa a apoiar a produção de carvão.

"O que aparenta dificuldade [na produção de carvão] é mudança na forma de trabalhar, o que vai levar a salto na operação de carvão no ano que vem. Vamos trazer a operação ao nível que pode ter e não [vamos] tratá-la como de segunda ordem dentro da companhia", disse Schvartsman.

Segundo ele, haverá uma expansão com rentabilidade que poderá ser vista no futuro. O executivo lembra que a Vale construiu em Moçambique com mina, linha férrea e porto "de qualidade".

"Todo o carvão na região só tem uma ferrovia e um porto para passar. Quando estiver em condições de olhar isso, [a Vale] poderá expandir marginalmente a operação, com ganhos elevados", disse. "Vai levar tempo para gerar valor, mas vai gerar valor. Nesse momento, queremos e queremos muito ficar com o carvão", afirmou.

Peter Poppinga deu como exemplo de ações na área da mina de Moatize, em Moçambique, a aceleração de produção em uma determinada lavra para tirar todo o carvão do local e usar a cava como nova barragem, de forma a não precisar construir nova barragem num "futuro tão próximo".

"Vamos estabilizar Moatize em 2018 para termos 'ramp up' significativo a partir de 2019", frisou Poppinga.

Caminhoneiros

O diretor-executivo de finanças e relações com investidores da Vale, Luciano Siani Pires, afirmou que a greve de caminhoneiros teve um impacto de US\$ 0,30 por tonelada na produção de minério de ferro no segundo trimestre.

O executivo disse ainda que houve outros US\$ 0,30 de efeitos indiretos da greve, como problemas em algumas operações e reprogramação de embarques de pelotas. Siani também frisou que a companhia espera um aumento entre 9% e 10% nos volumes produzidos a partir do terceiro trimestre, contribuindo para a redução de custos de produção, o que levaria a um custo de produção menor que US\$ 13 por tonelada.

Fonte: Valor

Autores: Rafael Rosas e André Ramalho

Data: 26/07/2018

PL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DEVE FICAR SOMENTE PARA 2019

Considerado por muitos a solução para destravar a concessão de licenças em atividades como mineração e agronegócio, a nova lei esbarra em pontos polêmicos e eleições

Em um ano que os desastres ambientais voltaram à tona, havia a expectativa de que o Projeto de Lei que altera as exigências para o licenciamento ambiental no Brasil fosse pautado no Congresso, mas eleições e pontos polêmicos emperraram as discussões.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), manifestou em fevereiro o desejo de colocar em pauta o Projeto de Lei 3.729/2004, conhecido como Lei do Licenciamento Ambiental. “Tem um acordo da bancada do meio ambiente com a do agronegócio, o que certamente é uma boa sinalização para mostrar que há o desejo de se criar um novo mecanismo que garanta segurança jurídica para quem vai investir, mas também assegure limites da preservação do meio ambiente”, disse o parlamentar à época.

No entanto, cinco meses se passaram e o caso ainda não foi solucionado. Conforme a sócia do Bichara Advogados, Luciana Gil, há duas fontes principais de embate entre empresários do agronegócio e das indústrias extrativas e os ambientalistas no âmbito do projeto. Trata-se da possibilidade de realizar empreendimentos em terras indígenas não homologadas sem consultar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a de desobrigar os produtores rurais de pedirem licenciamento sempre que forem cultivar novas terras.

“Hoje, qualquer construção em terra indígena precisa de consulta à Funai. Mas como vincular o licenciamento à consulta em uma terra que não está homologada? ”, questiona a advogada. Para Luciana, também é importante delimitar com mais clareza a questão da atividade agropecuária. “Os ambientalistas consideram que tem que haver licenciamento não importa o impacto que aquela atividade vai causar.

”A especialista lembra que, hoje, o licenciamento varia dependendo da localização. “Tem estado em que [o licenciamento] depende do número de hectares. Há outros em que além disso ainda existe a demanda de um estudo de impacto ambiental”, acrescenta.

Luciana Gil acredita que caso o texto do PL atualmente em trâmite no Congresso seja aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, mantendo essas duas questões, há uma possibilidade grande de judicialização da matéria. “Nós vimos o que aconteceu com o Código Florestal [Lei 12.651/2012], que chegou até o Supremo Tribunal Federal [STF]. São situações diferentes, mas a raiz do debate é a mesma”, entende.

A sócia do Siqueira Castro Advogados, Simone Paschoal Nogueira, que participou da elaboração do texto do projeto de lei, afirma que sua maior preocupação é com a possibilidade da redação do PL ser desfigurada por emendas parlamentares. “Torço para que a lei saia este ano, apesar das eleições, mas desde que não haja uma mudança brusca no texto. Uma regra ruim é pior do que a falta de regra”, avalia.

O risco da introdução de emendas é real por conta da sensibilidade da questão, que envolve muitos interesses diferentes e antagônicos. Além disso, a incerteza a respeito do cenário eleitoral também traz no horizonte a indefinição sobre quais serão as pautas do próximo governo. “Temos novamente uma mudança de ministérios no ano que vem, com a possibilidade de vir uma nova avaliação sobre o projeto”, pondera a especialista.

Reflexos trágicos

Para o sócio do Lima Feigelson Advogados, Bruno Feigelson, a realidade do licenciamento ambiental no Brasil se tornou mais difícil depois da tragédia da Samarco, com rompimento de barragem em

Bento Rodrigues (MG) em 2015. “O técnico dos órgãos ambientais sabe que pode sofrer responsabilização até criminal em caso de algum problema. Desde então tem saído pouco licenciamento de grande porte”, relata.

Recentemente, o Ministério Público (MP) e outros órgãos assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Vale e a BHP Billiton para aqueles que foram atingidos pelos efeitos da tragédia social e ambiental participem das decisões sobre programas de recuperação que hoje são implementados pela fundação Renova.

Simone Paschoal entende que uma legislação mais detalhada sobre o que vale e o que não vale no tocante ao licenciamento ambiental ajudará a reduzir esses casos de acidentes com graves consequências sócio-ambientais porque haverá menos discussão antes da licença e mais fiscalização depois. “Para o ambientalista, há uma visão de que a licença é o último momento em que o órgão regulador vai ter contato com o empreendimento, mas não deveria ser assim”, destaca.

A advogada defende que os órgãos técnicos tenham mais recursos para poderem atuar, com conceitos mais claros de operação. “Teremos agora um conteúdo mínimo para licença de instalação. Isso vai ajudar, embora talvez não resolva, pois há necessidade de mais fiscalização. Falta aparelhamento técnico e mão de obra.

“Outro problema lembrado pelos especialistas é o conflito entre os entes governamentais, já que tanto a União quanto os estados e os municípios podem fazer licenciamentos ambientais dependendo do projeto.

Luciana Gil ressalta que um decreto de 2015 trouxe mais detalhes sobre o que é competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além da previsão expressa para o que ocorre em terras indígenas e de fronteira, mas que o interesse da arrecadação turva esse tipo de debate. “Isso gera até problemas de segurança.”

Fonte: DCI

Autor: Ricardo bonfim

Data: 16/07/2018



PROJETO DE OURO SERRA PELADA PODE TER IMPLANTAÇÃO CONCLUÍDA NESTE ANO

O projeto de exploração da montoeira de ouro da Serra Pelada, no Pará, pode ter a sua implantação finalizada ainda neste ano, de acordo com Deivson Vidal, gerente da Sona. Em agosto de 2017, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (S) e a Sona Mineração assinaram um acordo para a exploração do minério no local

"Estamos na fase de planejamento da implantação, o cronograma está em elaboração. Os projetos estão contratados, nos próximos 30 dias teremos informações mais precisas, que são fundamentais para obtermos assertividade. Análises preliminares indicam o fim da implantação para o final do ano. Estamos buscando alternativas para conseguirmos reduzir o prazo de implantação", disse Deivson Vidal, gerente da Sona, em entrevista por e-mail ao Notícias de Mineração Brasil (NMB).

Procurados pelo NMB, representantes da Coomigasp foram localizados para falar sobre o caso.

O projeto prevê o reprocessamento do rejeito de ouro da Serra Pelada. Segundo a empresa, é estimado entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de toneladas de rejeito com 0,7 gramas de ouro por tonelada.

Para Oliveira, a infraestrutura tem sido uma das grandes dificuldades para a implantação do projeto. "As maiores dificuldades são: a parte ambiental e infraestrutura local. Teremos que investir em toda a infraestrutura, inclusive as mais básicas como água e energia elétrica para o projeto", afirma.

A empresa já iniciou a reforma da guarita de entrada do projeto, a instalação de energia elétrica e o cercamento de toda a área do empreendimento.

Acordo com a Sona

Em agosto do ano passado, cerca de 89% dos garimpeiros da Coomigasp aceitaram a proposta da Sona, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), para exploração mineral dos rejeitos do garimpo de Serra Pelada, no Pará. O novo aditivo determinou a mudança da cláusula do contrato principal para 70% para a empresa e 30% para a cooperativa.

Segundo o presidente da cooperativa na época do fechamento do acordo, Edinaldo de Aguiar Soares, a expectativa era que a usina do projeto da montoeira seja implantada até o fim do ano. O gerente da Sona revelou que existe uma grande pressão dos garimpeiros para que o projeto se inicie.

Fonte: Notícias de Minerais

Autor: Lucas David

Data: 31/07/2018



EXPLORAÇÃO DE OURO NO BRASIL COMEÇOU EM SÃO PAULO - E A REGIÃO PODE CONTER PEPITAS ATÉ HOJE, DIZEM ESPECIALISTAS

Locais como Itapecerica da Serra, Mogi das Cruzes e o Pico do Jaraguá, em São Paulo, foram prósperas áreas de exploração de ouro na época do Brasil colonial

Parte da população paulista pode estar sentada sobre um pote de ouro sem saber. A região metropolitana de São Paulo já foi a mais importante região aurífera do Brasil colonial.

Mais de um século antes do ciclo do ouro em Minas Gerais - este sim bem conhecido -, já se garimpava metais preciosos na base do Pico do Jaraguá, na atual zona oeste da capital, e em áreas próximas.

Segundo historiadores e geólogos, muitas pepitas ainda podem estar enterradas em cidades como Guarulhos, Itapecerica da Serra, Mogi das Cruzes e Embu-Guaçu, além da própria capital paulista.

Na região onde está o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, havia um grande garimpo que funcionou até o século 19. Em Iguape, no sul do Estado de São Paulo, a atividade mineradora era tão grande que, no século 16, havia uma casa de fundição nos mesmos moldes da instalada tempos depois em Ouro Preto, durante o Ciclo do Ouro em Minas Gerais, no século 18.

"A mineração do ouro no Brasil começou em São Paulo, e não em Minas Gerais, como acreditam muitas pessoas", explica o arquiteto Nestor Goulart Reis, professor titular da Faculdade Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e um dos mais respeitados especialistas em história do urbanismo do país.

Autor do livro *As Minas de Ouro e a Formação das Capitâneas do Sul*, Goulart Reis fez um levantamento de mais de 150 minas de ouro descobertas a partir de meados do século 16 e localizadas entre São Paulo e o norte de Santa Catarina.

Exploração de mão de obra

Algumas jazidas, como a de Embu-Guaçu, pertenciam aos padres jesuítas que, assim como outros mineradores portugueses e brasileiros da época, contratavam índios para explorá-las em troca de objetos como facas, anzóis, machados, utensílios domésticos e outros materiais úteis às tribos.

"Essa história de que os índios eram apenas escravos não é verdadeira. Eles ganhavam para trabalhar", diz Reis, que destaca a participação paulista na produção do minério.

Entre 1600 e 1820, foram produzidas na província de São Paulo um total de 4.650 arrobas de ouro. Os números referem-se apenas ao minério registrado pela Coroa portuguesa para cobrança de impostos, o quinto.

É pouco quando comparada à produção de ouro em Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro: 35.687 arrobas, entre 1700 e 1820. Mas é superior à produção total de Mato Grosso (3.187 arrobas, entre 1721 e 1820) e metade de Goiás (9.212 arrobas, entre 1720 e 1730).

Se os paulistas não ganham em quantidade, podem se orgulhar do pioneirismo. Os primeiros registros começaram logo após a fundação de São Vicente, em 1532. Em cartas enviadas à Coroa, os portugueses da Colônia e os jesuítas falavam sobre as "itaberabas" (pedras que brilham, em tupi) trazidas pelos índios. Hoje, Itaberaba é nome de uma importante avenida na zona norte de São Paulo.

A mineração se espalha

Em 1562, o fundador da vila de Santos, Brás Cubas, também citou a possível existência de ouro no vilarejo de Piratininga, a cerca de 30 léguas do litoral mato adentro. Os primeiros exploradores do ouro do Jaraguá teriam sido o português Afonso Sardinha, o Velho, e seu filho, Afonso Sardinha, o Moço. Eles começaram a extrair as jazidas nos arredores da atual cidade de São Paulo e na Serra da Mantiqueira por volta de 1580.

"É possível que a própria fundação de São Vicente esteja relacionada com indícios da existência de minas de ouro. Esses indícios teriam sido revelados pelos índios que desciam do planalto ao litoral", diz o pesquisador em geologia Carlos Cornejo, um dos autores do livro *Minerais e Pedras Preciosas do Brasil*, um calhamaço de mais de 700 páginas sobre mineração no Brasil desde os primórdios da colonização.

Ele lembra que a área do atual bairro na zona oeste e do Pico do Jaraguá era conhecida entre os europeus como "o Peru do Brasil", por causa das riquezas minerais encontradas pelos espanhóis no país andino.

O ouro paulista também era alvo de cobiça dos piratas que atacavam a costa de Santos e São Vicente. "Por que motivo os corsários iriam se interessar em atacar o litoral paulista? Com certeza não era pela cana-de-açúcar", diz Cornejo. Não era mesmo. O corsário inglês Thomas Cavendish, que fez vários ataques a vilas do litoral paulista entre 1585 e 1590, levou muitas riquezas do Jaraguá para a Europa.

Diários da tripulação de Cavendish relatam que, entre os produtos saqueados em Santos e São Vicente, havia ouro extraído de um lugar chamado pelos índios de Mutinga, onde os portugueses tinham minas. Atualmente, uma das principais artérias viárias da região do Jaraguá é justamente a avenida Mutinga.

Confecção de moedas

A casa de fundição de São Paulo, instalada pela Coroa portuguesa em 1601 nas proximidades do atual Pátio do Colégio, no Centro de São Paulo, também abrigou a primeira casa da moeda do Brasil. Essa rudimentar casa da moeda antecedeu a de Salvador, fundada em 1694 e que se transformou na atual Casa da Moeda do Brasil. As moedas paulistas eram feitas com autorização do governo de Portugal para suprir a circulação de dinheiro na isolada vila de Piratininga.

"Desde o começo da colonização houve uma atividade mineradora intensa em São Paulo, de ouro e outros minérios", explica o jornalista e historiador Jorge Caldeira, autor de livros sobre História do Brasil e biografias de personagens como o Barão de Mauá e o jornalista Julio de Mesquita. Em seu livro *O*

Banqueiro do Sertão, Caldeira conta a trajetória do padre Guilherme Pompeu de Almeida (1656-1713), um religioso que virou grande capitalista e fazia negócios com os mineradores e índios da época em que viveu.

O biógrafo lembra que a família do padre Guilherme foi uma das maiores produtoras de ferro na região de Santana do Parnaíba e, desde aquele período, São Paulo já exibia riquezas e um vigoroso mercado interno e externo, em decorrência da mineração e do comércio.

"O capitão Guilherme Pompeu de Almeida, pai do padre Guilherme, era um dos maiores fornecedores de ferro para negócios com índios em São Paulo", explica Caldeira, descartando o mito de que a capitania de São Vicente, em especial a vila de São Paulo de Piratininga, era pobre e despovoada nos primeiros séculos.

"Nenhuma capitania no Brasil foi pobre. A economia (da Colônia) era muito maior que a dos Estados Unidos no mesmo período", completa o jornalista.

Opinião semelhante é do urbanista Goulart Reis. "Em 1700, as capitanias ao sul da Colônia possuíam quase a mesma quantidade de vilas, povoados e cidades das capitanias do Norte, que englobavam Bahia e Pernambuco e eram as principais da época", diz Goulart Reis, autor de mais de 30 livros sobre história e urbanismo no Brasil.

"Essa proliferação de aglomerados urbanos se deve à mineração e ao comércio nesses locais", completa Reis, que destaca outros dados curiosos sobre a mineração no Brasil. Um deles é que a primeira pessoa a descobrir ouro na região de Ouro Preto foi um mulato de Curitiba - que também nasceu de povoados ligados à mineração no sul do país. O mulato, cujo nome se perdeu no tempo, acompanhava os bandeirantes paulistas em expedições pela região das minas, no começo do século 18. Ele descobriu ouro por acaso ao "bater a gamela" (minerar) em um córrego da região.

Mas há chance de encontrar ouro na Grande São Paulo? Sim, garantem os pesquisadores, pois as minas não foram totalmente esgotadas. "Na época, o ouro era mal explorado e de maneira superficial e rudimentar. O subsolo paulista, com certeza, ainda é rico", diz o pesquisador Cornejo, lembrando que até na década de 50 ainda havia alguma atividade mineradora no Jaraguá e outras regiões da Grande São Paulo, como Itapeverica da Serra.

"Com certeza há ouro em terras paulistas", concorda Goulart Reis. Mas isso não deve despertar a cobiça dos eventuais exploradores que resolverem abrir buracos no próprio quintal. "Diante das complexas dificuldades de mineração na profundidade do solo, não haveria qualquer viabilidade econômica nesse tipo de atividade hoje em dia, mesmo em grande escala", completa o professor da FAU-USP. "Isso sem contar a questão ambiental e a densa urbanização, que tornariam a atividade de mineração muito difícil de ser executada e com pouco retorno financeiro", completa Cornejo.

Fonte: BBC News Brasil

Autor: Marcus Lopes

Data: 31/07/2018



CPRM LANÇA CONSULTA PÚBLICA SOBRE ÁREAS DE MINERAÇÃO QUE SERÃO LICITADAS PELO PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTOS

O valor do bônus de assinatura dos contratos é de R\$ 3,431 milhões. Se estima uma receita de mais de R\$ 550 milhões em pagamentos de royalties

Publicado hoje (25/7), no Diário Oficial da União, o aviso de consulta pública e as minutas do edital e contratos referentes ao processo de cessão dos direitos minerários do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) incluídos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A expectativa é que a licitação seja realizada entre os dias 13 e 17 de dezembro de 2018.

Serão oferecidos aos investidores títulos minerários de carvão em Candiota, região próxima à fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, divididos em quatro lotes, e os direitos sobre jazidas de metais como cobre, chumbo e zinco em Palmeirópolis, sul de Tocantins.

Essas áreas fazem parte da carteira de ativos da CPRM, empresa pública que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil e está vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os direitos são resultado de pesquisas feitas nas décadas de 1970 e 1980 pela instituição.

Acesse os documentos em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Informacao-Publica/Consulta-Publica-5136.html>.

Ativo	Nº dos Lotes	Denominação	Qtde	Nº dos títulos minerários	Área (ha)
Carvão de Candiota (RS)	Lote 1	Estância da Glória	2	814.970/74 814.971/74	20.353,60
	Lote 2	Arroio Pitangueira	5	814.965/74 814.966/74 814.967/74 814.978/74	
	Lote 3	Seival	4	810.454/79 810.455/79 810.458/79 810.019/85	
	Lote 4	Arroio dos Vimes	3	810.025/84 810.026/84 810.031/84	
Polimetálico de Palmeirópolis (TO)	Lote 5	Palmeirópolis	6	811.688/75 811.689/75 811.702/75 800.744/78 860.310/84 860.317/84	5.050

A licitação será realizada pelo modelo de bônus de assinatura e prêmio de oportunidade fixos. Os royalties são variáveis. Ou seja, o vencedor será aquele que oferecer o maior percentual de royalty sobre a receita bruta da venda do minério. Os percentuais mínimos serão de 4,0% para os lotes de Candiota e 2,0% para Palmeirópolis.

Os royalties não têm qualquer relação com tributos ou mesmo com a CFEM (Compensação Financeira Sobre Exploração Mineral).

O valor do bônus de assinatura dos contratos é de R\$ 3,431 milhões (soma dos cinco lotes oferecidos). Haverá pagamento também de R\$ 15,372 milhões referentes ao valor total dos prêmios de oportunidade em até 36 meses após assinatura dos contratos. Se estima uma receita de mais de R\$ 550 milhões em pagamentos de royalties durante a produção mineral.

As propostas serão entregues em envelopes, com apresentação dos valores com, no máximo, uma casa decimal. Em caso de empate, a disputa será verbal.

Podem participar do leilão apenas empresas ou consórcios formados por companhias de mineração ou de pesquisa mineral, nacionais ou estrangeiras. Como a área de Candiota (RS) está próxima à fronteira com outro país, nesse caso, excepcionalmente, a empresa ou consórcio vencedor deverá ter no mínimo 51% de capital nacional.

Os documentos ficarão em consulta pública até o dia 20 de agosto. Entre os dias 6 e 10 de agosto serão realizadas três audiências públicas, em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de reuniões com interessados nessas áreas (*one-on-ones* e *roadshow*) entre os dias 13 e 17 do mesmo mês.

As contribuições recolhidas durante o período serão analisadas por um grupo formado pela CPRM e representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Os documentos poderão ser consultados por meio do endereço <http://www.cprm.gov.br/publique/Informacao-Publica/Consulta-Publica-5136.html>, na internet, ou presencialmente no Escritório do Rio de Janeiro da CPRM (Avenida Pasteur, nº 404, Urca, Rio de Janeiro – RJ). Os comentários/sugestões deverão ser encaminhados à CPRM para o endereço eletrônico: ppi.mineracao@cprm.gov.br.

LOTES	Bônus de Assinatura	Prêmio de Oportunidade (final da fase 1)	Prêmio de Oportunidade (final da fase 2)	Total	Royalty Mínimo (%)
1 - Estância da Glória	984.000,00	1.641.000,00	1.641.000,00	4.266.000,00	4
2 - Arroio Pitangueira	682.000,00	1.137.500,00	1.137.500,00	2.957.000,00	4
3 - Seival II	838.000,00	1.397.000,00	1.397.000,00	3.632.000,00	4
4 - Arroio dos Vimes	627.000,00	1.045.000,00	1.045.000,00	2.717.000,00	4
5 - Palmeirópolis	300.000,00	500.000,00	1.000.000,00	1.800.000,00	2
TOTAL (R\$)	3.431.000,00	5.720.500,00	6.220.500,00	15.372.000,00	-

Os contratos têm prazo de 25 anos (Candiota) e 10 anos (Palmeirópolis), renováveis automaticamente por igual período até a exaustão da jazida.

O contrato se refere à “promessa de cessão dos direitos minerários”. A cessão se dará após etapa de pesquisa complementar necessária para que o vencedor possa qualificar e quantificar adequadamente os recursos existentes. É obrigação da CPRM realizar a cessão definitiva dos direitos após a aprovação do relatório final de pesquisa complementar pela ANM.

A primeira fase de pesquisa terá prazo máximo de 18 meses, podendo ser antecipada. Ao final dessa etapa, entende-se que a vencedora terá informações suficientes para decidir continuar ou não as atividades de pesquisa. Caso decida continuar a pesquisa, deverá pagar a primeira parcela do prêmio de oportunidade

No prazo máximo de mais 18 meses, o vencedor terá de apresentar o relatório final. Decidindo dar prosseguimento aos trabalhos, deverá realizar o pagamento da segunda parcela do prêmio de oportunidade. Nesse momento, a CPRM realizará a cessão total dos direitos minerários. A cessionária terá então 180 dias para solicitar o requerimento de lavra junto à ANM.

Áreas objeto da licitação - Atualmente, a carteira de ativos minerários da CPRM está composta por 30 blocos referentes a 14 bens minerais, distribuídos por todo o país e é constituída por mais de 300 processos minerários ativos na ANM, em fases variáveis entre alvarás de pesquisa e relatórios finais de pesquisa aprovados.

Dentre as substâncias que constituem o portfólio, incluem-se: fosfato (1), cobre (1), chumbo (1), zinco (1), ouro (4), caulim (1), níquel laterítico (2), gipsita (1), carvão (5), turfa (8), diamante (2), nióbio (1), terras raras (1) e calcário (1).

A grande maioria das áreas se apresenta ainda em estágio em que se verifica demanda de investimentos em pesquisa mineral para que se possa avaliar sua viabilidade econômica e socioambiental.

Cronograma indicativo	
Início da disponibilização dos arquivos digitais do <i>dataroom</i>	25/07/2018
Abertura de Consulta Pública	25/07/2018
Audiência Pública (cidade de Brasília)	06/08/2018
Audiência Pública (cidade do Rio de Janeiro)	08/08/2018
Audiência Pública (cidade de Porto Alegre)	10/08/2018
Período de <i>one-on-ones</i> e <i>roadshow</i> (etapa 1 - previsão)	13 a 17/08/2018
Prazo final para contribuições ao pré-edital e à minuta do contrato de promessa de cessão e término da consulta pública (término da consulta pública)	20/08/2018
Publicação do edital e do modelo de contrato de promessa de cessão	14/11/2018
Abertura da visitação aos dados físicos dos projetos	14/11 a 07/12/2018
Período de <i>one-on-ones</i> e <i>roadshow</i> (etapa 2 - previsão)	03 a 07/12/2018
Fim do prazo para preenchimento do formulário de inscrição, entrega dos documentos de inscrição	10/12/2018
Credenciamento para sessão pública de apresentação das ofertas	13/12/2018
Sessão pública de apresentação das ofertas	14/12/2018
Fim do prazo para entrega dos seguintes documentos de qualificação (licitante vencedora) e (ii) Garantia de Oferta Adicional prevista na seção 8.4, alínea (v), se for o caso.	31/01/2019
Adjudicação do objeto e homologação da licitação	Até 05/04/2019
Fim do prazo para entrega dos seguintes documentos: (i) de assinatura dos contratos de promessa de cessão; e (ii) de qualificação da afiliada indicada para assinar o contrato, se for o caso.	17/05/2019
Fim do prazo para pagamento do bônus de assinatura e envio do comprovante	17/05/2019
Assinatura dos contratos de promessa de cessão	Até 21/06/2019

Fonte: CPRM

Data: 25/07/2018



<http://www.brasilmineral.com.br/mineração-e-comunidades>



www.49cbg.com.br



9º Simpósio do Cretáceo do Brasil
Rio de Janeiro - 2018

